



Família e a dinâmica da socialização

Elias Lins Guimarães¹

Resumo

O presente artigo procura compreender a família humana na ordem de realidade que constitui as relações sociais. Para tanto faz uso de uma epistemologia relacional, que considera o vínculo estrutural e a prática social da família com a sociedade através da constelação de relações colocadas na contemporaneidade.

Palavras-chave: instituição social, socialização, ação educativa

Abstract

Family and the dynamics of socialization

The present article tries to view the human family within the reality that constitutes social relationships, using a relational epistemology that considers the structural links and the social practices of the family with society through the universe of relations in our times.

Keywords: social institution, socialization, educative action

A família vem sofrendo mudanças profundas, seletivas e estratificadas, tendendo a repartir-se em tipos diversos, com diferentes estilos de vida através de uma pluralidade de formas, que repercutem num emaranhado complexo de escolhas subjetivas atinentes tanto as condições de sua existência como aos modos de pensá-la. Essas formas parecem evidenciar uma nova subjetividade da família-maximização da afetividade em torno do seu papel e diante do seu funcionamento na qual a individualidade adquire cada vez maior importância social.

Ao nosso ver, estes fatos mostram como a família é espetacularmente múltipla como produto e maravilhosamente singular como um processo. O objetivo deste artigo é ressaltar o seu caráter institucional, ou seja, analisá-la como uma instituição que resiste através do tempo e espaço, caracterizando-se como esfera privada por excelência de socialização.

A sociedade moderna ao afirmar o valor universal de uma concepção racionalista do mundo, da sociedade e do indivíduo favoreceu a correspondência entre o indivíduo e as instituições. Na práxis da vida social a conexão entre sociedade e família está intimamente ligada e tem possibilitado um impacto significativo e multifacetado no espaço-tempo doméstico, consolidando estilos que solidificam a

família como um grupo restrito, normalmente nuclear, e como esfera privada por excelência na qual os seus papéis vão se minimizando com a perda das funções econômicas produtivas, educacionais, políticas, religiosas e de entretenimento. Configura-se, por conseguinte, um modo de racionalidade calcado na maximização da afetividade. Segundo Donati (1992, p.18), a instituição família está se especializando em duas funções básicas: na estabilização psicológica das personalidades adultas, ou seja, na afetividade do casal e na socialização primária dos filhos. Neste sentido a família mostra-se como um sujeito de relações primárias de que dependem o bem-estar dos indivíduos e ainda um espaço onde se desenvolve o processo de ajustamento de indivíduos num modo de vida organizado e tradições culturais estabelecidas. Através da interação com os outros, no contexto familiar, visto como um contexto cultural, o indivíduo assume ideais, valores e aspirações, constrói uma identidade, e sob condições favoráveis, torna-se capaz de uma atividade auto-realizadora. Entretanto, essa instituição social está se tornando simples agência social com um número limitado de funções especializadas e privatizadas e cada vez mais desenvolvendo novas capacidades de iniciativas tanto individuais como coletivas, “estendendo-se bem mais para lá das atividades econômicas, iniciativas do dia-a-dia, de onde emerge um *ethos* de caráter privado, e às vezes, ainda, uma capacidade de ação comunitária como resposta a necessidades sociais relevantes”. Porém não podemos deixar de considerar que a família não é somente uma instituição social com características próprias, mas é também a expressão das características das leis de organização de uma sociedade dada. Assim, não podemos analisá-la fora do contexto que lhe configura, tendo em vista que sua história é descontínua, não linear e não-homogênea, fato esse, que possibilita a estruturação de padrões familiares distintos, cada um com sua própria história e suas próprias explicações.

Contextualizando a família

É particularmente evidente em Ariès (1981) a idéia de como a instituição social família aparece intimamente ligada à situação concreta de uma época. Sem mesmo por em causa a exterioridade desta, é igualmente lógico conceber que a família sofre determinações da base econômica, ao mesmo tempo em que serve, com relativa autonomia, para a formação superestrutural. Suas análises nos mostram que até o séc. XVI a família era uma realidade moral e social e que quase não existia sentimentalmente entre os pobres e, mesmo quando havia riqueza e ambição, o sentimento se inspirava naquele provocado pelas relações de linhagem. Consta, desta forma, que a função afetiva não era identificada como algo fundamental à família, pois esta tinha como missão a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua cotidiana num mundo em que o homem, e mais ainda uma mulher, isolados não podiam sobreviver e, ainda nos casos de crises, a proteção da honra e da vida. Nesse contexto, as trocas afetivas e comunicações sociais se faziam prioritárias entre vizinhos, amigos, criados, crianças e velhos, mulheres e homens.

Não podemos esquecer que a família tradicional era acima de tudo uma unidade econômica. A produção agrícola normalmente envolvia todo o grupo familiar, enquanto que entre a pequena nobreza e a aristocracia, a transmissão da propriedade era a principal base do casamento. Na Europa medieval, o casamento não era contraído com base no amor sexual, nem era encarado como o lugar onde esse amor deveria florescer. Não havia lugar para frivolidade, paixão ou fantasia no casamento da Idade Média. Conforme Giddens (1993), a desigualdade entre homens e mulheres era intrínseca à família tradicional e essa desigualdade se estendia à vida sexual – durante a maior parte da história, os homens fizeram um amplo e bastante ostensivo uso de amantes, cortesãs e prostitutas – na qual o duplo padrão sexual estava ligado à necessidade de assegurar a continuidade na linhagem e na herança. Por outro lado, é bom frisar não eram só as mulheres que careciam de direitos, o mesmo se dava com relação às crianças. Estas não eram criadas no interesse delas próprias, mas para a satisfação dos pais, podendo-se afirmar que quase não eram reconhecidas como indivíduos. Ressalta o autor que o curioso não é que os pais não amavam os filhos, mas importavam-se mais com a contribuição que eles davam para a tarefa econômica comum do que com eles próprios. Quanto à sexualidade, ela sempre foi dominada pela reprodução, exceto para certos grupos cortesãos ou de elite caracterizando uma questão de natureza e tradição combinadas. A abolição das funções econômicas produtivas junto com a progressiva socialização fora de casa das crianças condicionaram a família unicamente ao casal pelo amor erótico individual. Percebe-se a institucionalização de um padrão cada vez mais fragmentado, reduzido unicamente ao casal. Sedimenta-se um vínculo corroído pela crescente privatização de valores, normas e comportamentos e, conseqüentemente, o alastramento de uniões livres e separações, não sendo muitas vezes levada em conta, nas grandes reformas sociais e grandes projetos de desenvolvimento da sociedade, a criança como sujeito.

A criança muito cedo se desligava da família, integrando-se ao mundo adulto, onde se dava a aprendizagem de valores e conhecimentos a partir da convivência entre crianças, jovens e adultos sem a preocupação com a educação formal. A própria forma de habitar à época, em que as casas se abriam para as ruas e para as praças, e as pessoas entravam e saíam livremente, não permitia identificar as condições de privacidade, necessárias ao desenvolvimento dos sentimentos mais íntimos, que segundo Áries são determinantes do conceito moderno de família. Com o surgimento da escola, da privacidade, a preocupação de igualdade entre os filhos, a manutenção das crianças junto aos pais e o sentimento de família valorizado pelas instituições – principalmente a Igreja – no início do séc. XVIII começa a delinear-se a família burguesa.

No que se refere à importância da escola para a constituição da família burguesa, foi decisivo o costume de cada família morar na sua própria casa e ser responsável pela educação dos seus filhos e, mais tarde, no século XIX e início do XX, o fato das famílias das classes trabalhadoras, ao serem forçadas a deixar o

campo e ingressarem no mundo do trabalho urbano, acabarem adotando o modelo da família nuclear burguesa. A família, “a partir desse modelo, organizou-se em torno da figura do pai, fechada em sua intimidade e com um determinado padrão de educação para seus filhos” fortalecendo-se como instituição social, para as mulheres e crianças (SZYMANKY, 2001, p.14).

Mas, ainda segundo Ariès (1981), mesmo no séc. XIX, na Europa, a população mais pobre e mais numerosa vivia como famílias medievais, com as crianças afastadas das casas dos pais, porém, com o tempo, a família estendeu-se a quase toda sociedade, a tal ponto que as pessoas esqueceram de sua origem aristocrática e burguesa.

Não podemos deixar de considerar que, entre todas as mudanças que estão se dando no mundo, nenhuma é mais importante do que aquelas que acontecem em nossas vidas pessoais. E nós não somos capazes de escapar do torvelinho de mudanças que atinge diretamente o cerne de nossas vidas emocionais.

Como nos mostra Giddens, com relação ao desenvolvimento da família no decorrer do século XIX, ainda era baixa a proporção de mulheres que saía para trabalhar e complicado também se obter uma separação. Posteriormente, como se verificou em alguns países, a família deixa de ser uma unidade econômica. O casamento passou a ser visto como fundamentado no amor romântico e não mais como um contrato econômico.

Sob essa ótica a família moderna é vista como não geradora de valores porque não produz mais em conjunto, ou seja, não se constitui uma unidade de produção social como fora antes. Ela é uma unidade de consumo. Com isto não queremos dizer que tenha deixado de desempenhar um papel econômico, isto é, o papel de reprodutora de seres humanos e também de tarefas que desempenha em sua socialização e na reposição de força de trabalho, assim como o consumo que realiza enquanto grupo. Essa reprodução não é meramente física, biológica, mas a reprodução de seres que compõem a força de trabalho. Esta força de trabalho reproduzida permite a acumulação de capital posto que este não dispense recursos para sua formação. É interessante frisar que, na produção social e produção privada, a família recria as condições da divisão social do trabalho, quando separa as forças masculinas e femininas, dando-lhes como atribuição setores diferentes: ao homem a produção social, à mulher e à criança a produção privada (SILVA, 1982).

Ainda segundo a autora, a família já dá também o caráter de classe àquele que nasce em seu seio no tocante a reprodução social da força do trabalho. Convém lembrar que o fato de uma criança nascer no seio de uma família proletária ou burguesa já é, em princípio, uma forma de estabelecer a sua condição social. Não estamos, entretanto, desconsiderando que, numa sociedade onde é factível a mobilidade social, uma pessoa originária de uma classe não possa ascender ou descender socialmente, mas isto é um fato individual.

Conforme Meillassoux (1977), todos os modos de produção se apoiam em algum tipo de instituição com a finalidade de fornecer capital humano, isto é, de força de trabalho. Os modos domésticos de produção apoiavam-se sobre o sistema

de parentesco e nas sociedades de classe se ancoram em formas mais ou menos semelhantes a que hoje chamamos família. Com o advento do capitalismo quebraram-se os laços unitários que uniam numa mesma esfera o trabalho e a atividade social. É preciso considerar, antes de mais nada, que uma sociedade não é simplesmente constituída por relações entre domínios institucionais, mas ela se define pela relações das instituições de um lado com o poder político e, do outro com objetivos diversos, a exemplo das relações interpessoais (TOURAINÉ, 1998).

A realidade da família é ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, correspondendo uma à outra, mas não sendo necessariamente coextensivas. O processo de objetivação exterioriza sua condição institucional no mundo social e permite a interiorização deste último na consciência do indivíduo como força de sentido que torna-se subjetivamente significativo para seus membros. Embora essa interiorização comece com o fato do indivíduo vivenciar a sociedade, a família constitui um *ethos* estruturante para cada indivíduo. Uma vez este grupo seja vivenciado, pode ser modificado e recriado, possibilitando situações e experiências compartilhadas. Segundo Berger e Luckmann (1985, p. 175-176), somente depois de ter realizado este grau de interiorização é que o indivíduo se torna membro da sociedade. Dá-se esse processo pela socialização primária – a primeira que o indivíduo experimenta na infância – e pela socialização secundária – “processo subsequente que introduz o indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade”. Argumentam ainda os autores que todo indivíduo nasce em uma estrutura social objetiva “dentro da qual encontra outros significativos que se encarregam de sua socialização” e estes são-lhe impostos, apresentando-se como a realidade objetiva, e desta maneira desenvolve-se “não somente em uma estrutura social objetiva mas também em um mundo social objetivo”. Devido à escolha de aspectos desse mundo de acordo com sua própria “localização na estrutura social e também em virtude de suas idiosincrasias individuais, cujo fundamento se encontra na biografia de cada um”, o mundo social é ‘filtrado’ para o indivíduo através desta dupla seletividade. Esse processo ontogenético é que faz com que a criança “das classes inferiores não somente absorva uma perspectiva própria da classe inferior a respeito do mundo social, mas absorva esta percepção com a coloração particular que lhe é dada por seus pais (ou quaisquer outros indivíduos encarregados de sua socialização primária)”.

As implicações mais diretas dessa compreensão nos fazem lembrar que não é a própria situação que induz ao comportamento, mas o modo como a família a define, criando na consciência da criança uma abstração progressiva de papéis e atitudes de outros, particulares, para os papéis e atitudes em geral. Entretanto, nenhum indivíduo interioriza a totalidade daquilo que é objetivado como realidade em sua sociedade e, por outro lado, há sempre elementos da realidade subjetiva que não se originam na socialização.

O espaço doméstico, segundo Santos (1995) é por sua natureza constituído pelas relações sociais entre os membros da família que interagem entre si e, neste

espaço, a unidade de prática social são os sexos e as gerações e o modo de racionalidade é a maximização do afeto. Utilizando categorias parsonianas, consideramos que tais membros ao desempenham papéis sociais atuam num palco, ou seja, no ambiente familiar que delimita a situação onde a interação ocorre. Neste sentido a relação entre os atores e situações é definida e mediatizada pelos símbolos compartilhados do sistema cultural.

A família como agência de socialização

A imagem tradicional da ação da família com relação à socialização dos filhos é que ela reúne elementos de informação, formação e de apreciação sobre a vida deles, sobre suas relações com o mundo e a cultura vivida, sobre seus divertimentos e interesses, assimilados através da imitação do usos de conduta e de ação, preparando-os para a assunção de papéis em concurso com as práticas e valores requeridos pela sociedade.

É claro que estes usos estão associados e formam um verdadeiro sistema. Também é evidente que nenhum segmento de classe tem esse monopólio: eles são encontrados em todos tipos de ambientes, conforme configurações e origens diversos. O indivíduo jamais se defronta com usos isolados, os quais, segundo Heller, são apreendidos numa totalidade relativa, como sistema, como estrutura. O caráter estruturado do uso evidencia que não é pelo fato de assumir um sistema de valores previamente construído que o portador de um 'papel' finaliza sua função, pois "quando, ao terminar uma tarefa, alguém se empenha em resolver outro problema, não se limita a trocar de papel, mas começa a mudar a si mesmo na medida em que a nova tarefa reclama outras qualidades" (HELLER, 1992, p. 93).

Devemos visualizar que as mudanças aceleradas dos papéis sociais passam a exigir transformações dos valores correspondentes concorrendo para que certos valores transmitidos pelas gerações parentais tornem-se inoperantes (VITALE, 2002). Naturalmente, isso vem demonstrar que o indivíduo, ao desenvolver capacidades diferentes na execução de tarefas diferenciadas, consegue, em situações diversas, inverter a atitude de todo seu ser moral, isto é, sua 'interioridade' transforma-se em interação com sua exterioridade.

Mesmo se não houver comunicação direta, a família representa o modo de vida e de educação de um grupo, porque compartilha seus códigos. Assim, indicações, mesmo que fragmentadas, permitem que se reconstitua uma certa imagem da vida da criança fora da escola. A individualização desigual da imagem da criança não é, evidentemente, o único viés possível. Com efeito, o homem é mais do que um conjunto de seus papéis "antes de mais nada porque esses são simplesmente as formas de suas relações sociais, estereotipadas em clichês, e posteriormente porque os papéis jamais esgotam o comportamento em sua totalidade" (HELLER, p. 106).

Evidentemente, a criança não poderá ultrapassar alguns limites, devido a pressões diretas e indiretas exercidas sobre ela pelos pais. Entretanto, a margem de

manobra não é desprezível, sobretudo se os pais realizam o mesmo procedimento de forma paralela sem o saber.

Se, a partir da constituição da família moderna, a possível contradição entre as intenções e os efeitos da socialização não nos leva a subestimar o engajamento dos pais, não podemos desconsiderar que a distância cultural entre a família e escola não se dá apenas no terreno dos 'handicaps culturais' como analisa Perrenoud (2001), mas está relacionada ao modo de vida, à concepção de infância, do saber, do grupo, do trabalho e da disciplina. Na vida cotidiana, a distância entre a família e certos valores estéticos ou morais vividos pelas crianças evidentemente deve ser relacionada à variedade das personalidades e dos códigos e normas interiorizados na família, desde já que a esta perfila-se por trás da criança, que se torna produto e portador de uma cultura familiar, de hábitos e de atitudes que paulatinamente foram assimilados e, no processo de socialização, moldados por outras instâncias, a exemplo da escola. Segundo Szymansky (2001, p.64), são inúmeros os fatos que devem ser levados em conta na relação escola/família. Seria um absurdo negar que a ação educativa dos pais, nos seus conteúdos e objetivos e métodos, difere substancialmente da da escola no que concerne "ao padrão de sentimentos e emoções que estão em jogo, na natureza dos laços pessoais entre os protagonistas e, evidentemente, nas circunstâncias em que ocorrem". Outro fator pontuado pela autora são as estratégias de socialização que podem ser complementares ou não às da escola e isto depende muito "da classe social a que a família pertence", desde já que as famílias podem desenvolver práticas que venham a facilitar a aprendizagem escolar, bem como "desenvolver hábitos coerentes com os exigidos pela escola (por exemplo: hábitos de conservação) ou não..."

Os mecanismos desse processo operam no âmbito das disciplinas básicas que vão desde os hábitos de higiene ao desenvolvimento físico-fisiológico do indivíduo, questão que aqui não podemos aprofundar. Gostaríamos de destacar que os objetivos da socialização subsistem também quando incute disciplinas, quando dota os indivíduos de identidades – em grande parte por meio das aspirações que ela incentiva ou desencoraja – considerando que nas sociedades contemporâneas os indivíduos têm um número maior de opções e a socialização depende menos de fatores como sexo, identidade étnica e *status* da família. Por outro lado, ela como um *continuum* ensina habilidades que permitem que os indivíduos se ajustem na sociedade na medida que lhes é requerido o domínio de técnicas apropriadas que possibilitam situá-los dentro da ordem social existente, bem como ensina os papéis sócias e as atitudes em que se apóiam. No caso específico da família é inculcido no indivíduo um conjunto de emoções e sentimentos que fazem sentidos interiormente.

A análise do tratamento desse processo não se limita à interação direta entre pais e filhos, mas abrange o conjunto das decisões e das ações que organizam o espaço familiar, o tempo, a abertura para novas interações, os recursos internos e as situações de aprendizagem, as redes de cooperação e de interação para assunção de determinados papéis sociais.

Este é, em definitivo, o paradoxo da condição da família: ser progressivamente submetida a normas ou a um modelo ideal, enquanto as condições de seu papel como instituição social são herança de um legado cultural em que a ação humana não é possível sem sistemas simbólicos relativamente estáveis, sem valores compartilhados, que entre outras coisas definem o que é bom, o que é mau, certo, errado, inferior, superior. Tais valores são internalizados por meio da socialização, pela qual as pessoas se prepararam para exercer papéis na sociedade e se integram à vida social. Neste sentido, os interesses vitais da família estão em jogo quando se opõe a ela a transgressão de regras de conduta que possa comprometer sua autoridade e seu funcionamento. Podemos encontrar o aspecto essencial desses comportamentos valorizados ao analisar a capacidade dos indivíduos de assumir responsabilidades e de se colocarem no lugar dos outros.

Em alguns teóricos, sobretudo Lacan (1982, p. 16), encontramos um esforço deliberado de articular e conciliar o desabrochar do sujeito no tempo de viver, no prazer, na criatividade. Suas análises evidenciam o papel da família na transmissão da cultura, na repressão dos instintos, na manutenção dos ritos e costumes e tradições espirituais, na aquisição da língua “a qual justificadamente se designa como materna”. Desse modo, continua o autor, “governa os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico, a organização das emoções de acordo com tipos condicionados pelo ambiente que constitui [...] e transmite estruturas de condutas e de representação cujo desempenho transborda os limites da consciência”.

À primeira vista, a adesão aos princípios socializadores da família parece ser conciliável com um sistema de valores que privilegia a pessoa em sua singularidade, valorizando sua autonomia, a responsabilidade pessoal. Na medida em que as novas configurações familiares enfatizam a criança, seu projeto, sua experiência, sua vivência, sua atividade intergrupar na apropriação e construção de saberes, valorizam-se novas formas de sociabilidade e a interiorização de princípios reguladores mais do que a observância de regras escritas. Pelos valores que ela fomenta, pela autonomia e pelo caráter flexível de suas regras, pela recusa, pela relação com o saber que elas privilegiam, por sua centralização na criança, a família também afirma princípios que concernem a dignidade e a igualdade de direitos das pessoas, para além das diferenças de sexo, classe social, origem nacional ou étnica. Trata-se, portanto, da defesa de valores de tolerância e de respeito às diferenças.

Tais valores não estão ligados apenas à ação socializadora da família, mas também à tentativa de proteger os filhos da dureza do mundo do trabalho, pois a experiência do mundo da indústria e dos negócios não torna as pessoas propensas a uma visão idílica das relações sociais. Paradoxalmente, a família reproduz e apresenta alguns pontos em comum com esse mundo: controle permanente das condutas, insistência no respeito a regras e convenções sociais, ao esforço permanente tendo em vista que no processo de socialização são inculcadas aspirações e disciplinas. Como apontam Broom e Selznick (1979), em virtude da origem da família ou do grupo a que pertence, do sexo, da idade, todas as sociedades inculcam em cada um

de seus membros aspirações variadas que correspondem ao *status* que o indivíduo ocupará na hierarquia social.

Fato marcante é que a família moderna está fortemente centrada na criança como pessoa ativa, única, criativa e responsável. Ela participa do sentimento moderno da infância. Durante muito tempo, como já afirmamos, as crianças não foram consideradas seres à parte, protegidos ao máximo das ameaças, das relações de poder, da promiscuidade, do dinheiro, do trabalho; elas formavam a mão de obra familiar, agrícola ou industrial; viviam com os adultos e, desde a mais tenra idade, integravam-se a redes sociais complexas – a família estendida, a vizinhança, a comunidade local, a fábrica ou a granja. A criança como imagem do casal ou objeto de consumo é uma invenção moderna. Durante muito tempo, os adultos utilizaram sem escrúpulos seus meios de dominação para reduzir as crianças ao silêncio, para fazê-las obedecer e trabalhar. A difusão dessa nova imagem da criança atingiu todas as classes sociais,

mas parece ser mais marcante nas classes médias e superiores, porque elas participam mais da Vulgate psicológica ou psicanalítica e também, porque para que a criança adquira todas as virtudes e seja digna de todas as atenções, é preciso viver em condições privilegiadas que permitam sobreviver sem sua força de trabalho, tolerar sua liberdade de movimentos e de palavra, encontrar tempo e vontade de negociar com ela as menores coisas da vida (PERRENOUD, 2001, p. 128).

A consideração da família como um fenômeno histórico, psicológico, sociológico e educacional permite estabelecer conexões que evidenciam a sua compreensão como instituição que interatua no âmbito do privado, mas sem desconhecer seu papel no espaço público. Suas ações são influenciadas pela trama de relações que a sociedade constrói, que se fundamentam em uma atividade instrumental associada à construção de identidades que possibilitam ao indivíduo tornar-se mais consciente para agir e ser reconhecido como sujeito. Neste sentido, o espaço doméstico constituído de um feixe de relações sociais paradigmáticas sedimenta uma prática social – os sexos e as gerações – um mecanismo de poder e um modo de racionalidade calcado na maximização do afeto. Como agência de socialização a família propicia a seus membros uma imagem cultural e pessoal do que ela própria é e do que espera que os seus membros sejam, em consonância com os padrões de conduta e as regras sociais da sociedade. A capacidade do homem de expressar sentimentos e emoções é de importância fundamental para a socialização e a família é um *locus* privilegiado para tal. Desta forma, esperamos que o processo de socialização viabilizado pela família permita alargar o âmbito e a sutileza das emoções humanas, mesmo em uma sociedade tão heterogênea e desigual como a nossa, vindo a contribuir para que possamos viver juntos – iguais e diferentes – conforme preconiza Touraine.

NOTA

¹ O autor é sociólogo, doutor em educação, professor da Faculdade de Educação e do Programa de Mestrado em Ciências da Família da UCSal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BROOM, Leonard; SELZNICK, Philip. **Elementos de sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- DONATI, Pierpaolo. A família contemporânea e o pensamento social da Igreja: os fatos e as normas. In: MARTIM, Irineu. **Família, trabalho, política: a experiência do ocidente**. São Paulo: IBRASA; Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 1992.
- GIDDENS, Antony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- LACAN, Jacques. **La família**. Buenos Aires: Editorial Argonauta, 1982.
- MEILLASSOUX, C. **Mulheres, Celeiros e Capitais**. Porto: Afrontamento, 1977.
- PERRENOUD, Philippe. **A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- SILVA, Lídia Maria Monteiro. **Serviço Social e família: a legitimação de uma ideologia**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1982.
- SZYMANSKY, Heloísa. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Editora Plano, 2001.
- TOURAINE, Alain. **Poderemos viver juntos? iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- VITALE, Maria Amália Faller. Socialização e família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC: Cortez, 2002.